

Ambientalismo, entre crença e ciência

JOSÉ ELI DA VEIGA

O que está na berlinda é a possibilidade de a espécie humana evitar que o processo de sua própria extinção seja acelerado

"SALVAR o planeta" é uma expressão tão falsa quanto presunçosa. Pois nada que a espécie humana possa fazer afetará o planeta na escala geológica de tempo, de milhões de anos.

Diferentemente do que pretende esse slogan, não é a Terra que está sendo posta em perigo por drásticos impactos ambientais contemporâneos, como aquecimento global, erosão da biodiversidade ou escassez e degradação dos recursos hídricos.

O que está na berlinda é a possibilidade de a espécie humana evitar que o processo de sua própria extinção seja acelerado pela depleção de boa parte dos ecossistemas que constituem a biosfera. Essa fina e delicada camada que envolve o planeta.

Na mesma toada, também é falso e presunçoso o discurso que apresenta a conservação da natureza como forma de "superar as ameaças à vida no nosso planeta". A continuidade da maior parte das formas de vida -das bactérias às baratas, passando pelas amebas- nem de longe está ameaçada pela capacidade destruidora adquirida pela espécie humana.

O que deve ser motivo de séria preocupação é que tal capacidade exacerba a falha metabólica entre sociedades humanas e natureza. Que permaneceu incipiente sob o

domínio do fogo, mas que se aprofunda exponencialmente desde que a máquina a vapor gerou dependência de fontes fósseis de energia.

A artificialização, que tanto fez progredir a humanidade, ameaça seus próprios alicerces vitais, como um parasita que põe em risco a sobrevivência de seu hospedeiro. Mas tais alicerces não são mais que a epiderme do planeta.

Afastadas essas duas arrogantes ilusões de suposto poder discricionário sobre o destino da Terra, também ficará patente a inconseqüência de evocar "desafios da sustentabilidade" sem dizer sustentabilidade de quê.

Afinal, foi na relação com o processo de desenvolvimento humano que o qualificativo "sustentável" ganhou recentemente tanta força simbólica, gerando um novo valor, talvez já mais importante e popular que seu antecessor imediato, a justiça social.

Mesmo que banalizações inerentes à moda tenham agregado à noção de sustentabilidade outras mil e uma utilidades, sua emergência foi determinada por dúvidas sobre as possibilidades futuras da expansão das liberdades humanas que está no âmago da idéia de desenvolvimento.

Quem mesmo assim preferir continuar repetindo bordões sobre salvação do planeta, ameaças à vida e sustentabilidade genérica pode se valer, claro, da artilosa acusação de que as restrições acima são por demais antropocêntricas. Todavia, tais jargões carregam justamente a forma mais perversa do antropocentrismo: a que supõe a espécie humana tão sábia e poderosa que é capaz até de obter sua própria perpetuação.

Por contraste, enfrentar com rigor científico a discussão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento é ter a humildade de assumir o caráter passageiro da existência humana.

Não vem apenas da moderna síntese darwiniana da evolução a certeza da impossibilidade de que qualquer espécie possa se eternizar, como propagam de forma subliminar mesmo discursos ambientalistas que não se pretendem religiosos.

Decorre igualmente dessa pouco ensinada parte da física que é a termodinâmica. Particularmente, de sua segunda lei,

também evolucionária, sobre a inexorabilidade da entropia. Uma lei tão irredutível quanto a da gravidade. O processo econômico em que se baseia o progresso humano é mera transformação de recursos naturais valiosos (baixa entropia) em resíduos (alta entropia).

A segunda lei diz que a qualidade da energia em sistema isolado tende a se degradar, tornando-se indisponível para a realização de trabalho. A energia que não pode mais ser usada para realizar trabalho é entropia gerada pelo sistema. Em consequência, parte dos resíduos não pode ser reaproveitada por nenhum processo produtivo de tão dissipada que se torna.

Aliás, não fosse essa segunda lei, a mesma energia poderia ser usada indefinidamente, viabilizando a reciclagem integral. Não haveria escassez.

Em suma, o foco do debate sobre o desenvolvimento sustentável está na esperança de que a humanidade deixe de abreviar o prazo de sua inevitável extinção se conservar a biocapacidade dos ecossistemas de que depende.

JOSÉ ELI DA VEIGA , 59, é professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), onde coordena o Núcleo de Socioeconomia Ambiental. É autor de "A Emergência Socioambiental" (Senac, 2007).

www.zeeli.pro.br